Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO DISCURSO DE MANIPULADORAS DE ALIMENTOS DE ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

SCHOOL FOOD IN THE DISCOURSE OF FOOD HANDLERS IN BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS

Ingryd Garcia de Oliveira
Nutricionista mestre, Professora do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Campus Urutaí, Goiás, Brasil
E-mail: ingryd.garcia@ifgoiano.edu.br

Karine Anusca Martins
Professora Doutora Associada da Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil
E-mail: karine_anusca@ufg.br

Recebido: 01/04/2025 – Aceito: 29/04/2025

RESUMO

Esse estudo tem por objetivo apresentar narrativas proferidas por manipuladoras de alimentos sobre a alimentação escolar em municípios brasileiros. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa. Fizeram parte da pesquisa 57 manipuladoras de alimentos (merendeiras), de escolas públicas das capitais e municípios do interior, das cinco regiões geográficas do Brasil. Para levantamento das falas utilizou-se a entrevista individual, com o auxílio de questionário semiestruturado. Em cada escola participante da pesquisa foi sorteada uma merendeira para ser entrevistada. Para as análises utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Os principais aspectos proferidos nos discursos revelaram que, para as merendeiras, a alimentação escolar é “um complemento da alimentação de casa”, “contribui com o rendimento e aprendizagem do escolar”; é percebida também como “um direito do aluno”, e “uma forma de educação e incentivo para a alimentação adequada e saudável”. O estudo concluiu que para as manipuladoras, a alimentação servida na escola está além da dimensão nutricional e biológica. Tais compreensões coadunam para o reconhecimento dessas profissionais para além de suas multitarefas técnicas, uma vez que percebem a alimentação escolar como elemento de efetivação e manutenção de direitos, e como prática fundamental para a educação e aprendizagem.

Palavras-chave: alimentação escolar; pesquisa qualitativa; política de saúde.

ABSTRACT

This study aims to present narratives given by food handlers about school meals in Brazilian municipalities. This is a qualitative study. Fifty-seven food handlers (lunch ladies) from public schools in the capitals and municipalities in the interior of the five geographic regions of Brazil took part in the research. To collect the statements, individual interviews were used, with the help of a semi-structured

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

questionnaire. In each school participating in the research, a lunch lady was randomly selected to be interviewed. For the analyses, the Collective Subject Discourse technique was used. The main aspects expressed in the speeches revealed that, for the lunch ladies, school meals are “a complement to home meals”, “contribute to the student's performance and learning”; It is also perceived as “a student’s right”, and “a form of education and encouragement for adequate and healthy eating”. The study concluded that for food handlers, the food served at school goes beyond the nutritional and biological dimension. Such understandings contribute to the recognition of these professionals beyond their technical multitasking, as they perceive school feeding as an element of enforcing and maintaining rights, and as a fundamental practice for education and learning.

Keywords: school meals; qualitative research; health policy.

1. Introdução

A alimentação escolar (AE) é uma política pública cujo escopo envolve um conjunto de ações desenvolvidas por diferentes atores sociais, o que inclui gestores públicos e da escola, coordenadores pedagógicos, professores, nutricionistas, manipuladores de alimentos (“merendeiras”), dentre outros. Todos são considerados agentes promotores de educação em saúde e da alimentação saudável no ambiente escolar (Kroth; Geremia; Mussio, 2020).

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem entre seus objetivos, contribuir com o crescimento e desenvolvimento dos estudantes e com a formação de práticas alimentares saudáveis (Brasil, 2020). Ressalta-se os inúmeros desafios a serem enfrentados na execução dessa política, dentre eles o desvelar do papel de manipuladoras* de alimentos na alimentação escolar, para o alcance dos objetivos do PNAE. A essas profissionais são atribuídas funções exclusivamente técnicas (Melgaço; Matos-de-Souza, 2022; Fernandes; Fonseca; Silva, 2014).

A atuação das manipuladoras é caracterizada pela sobrecarga de serviços que demandam grande esforço físico, como a higienização de estruturas, equipamentos e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

utensílios, bem como produção de refeições em larga escala. Além da desvalorização social deste profissional, geralmente pessoas do sexo feminino, pardas e negras, com baixo nível de escolaridade (Teo; Sabedot; Schafer, 2019; Kutz, 2018; Lima; Carvalho 2016).

Contudo, a atuação das manipuladoras pode ser repensada para além da perspectiva técnica, uma vez que estão cotidianamente inseridas em contextos educativos, sobretudo, voltado a alimentação. Por exemplo, incentivar entre os estudantes o consumo de frutas e verduras, é um exercício recorrente da rotina das manipuladoras. Além disso, o intenso convívio com os estudantes pode instigar entre as manipuladoras percepções da saúde deles, conhecimento de suas demandas individuais, além do afeto. Esses aspectos demonstram que o exercício das manipuladoras na escola ultrapassa o sentido técnico das atividades exercidas, ou seja, há elementos que caracterizam essas profissionais também como educadoras e incentivadoras da alimentação adequada e saudável. As manipuladoras conhecem a rotina institucional e o processo de produção da alimentação, desde a chegada do alimento na escola até o momento de ofertá-lo no refeitório, o que favorece intervenções em diferentes etapas do processo alimentar nesse ambiente (Fernandes; Fonseca; Silva, 2014; Teo; Sabedot; Schafer, 2010; Carvalho *et al.,* 2008).

Os saberes tradicionais e populares, além da cultura alimentar ancestral que permeia a atuação de manipuladoras de alimentos, demonstram potencialidades que estão além dos muros do tecnicismo. As atribuições dessas profissionais apontam para dimensões subjetivas, afetuosas e promotoras de educação alimentar e nutricional (Silva *et al.,* 2018).

A compreensão de manipuladoras de alimentos sobre a alimentação escolar, pode ser um caminho na construção de ações e estratégias para efetivação dos objetivos do PNAE. Ressalta-se que dentre suas diretrizes, o Programa preconiza o respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares como forma de contribuir com o crescimento, o rendimento acadêmico e o desenvolvimento dos estudantes (Brasil, 2020).

Nesse contexto, nota-se a importância da reflexão sobre como a atuação dos diferentes atores do PNAE corroboram ao alcance de seus objetivos. O trabalho de

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

merendeiras na efetivação do PNAE é um *locus* de importante investigação, os elementos subjetivos que caracterizam sua atuação e sobretudo suas narrativas sobre a alimentação escolar, podem desvelar compreensões fundamentais da alimentação escolar a partir do olhar e no discurso de quem executa a política. Esse estudo tem por objetivo apresentar narrativas proferidas por manipuladoras de alimentos sobre a alimentação escolar em municípios brasileiros.

**Nesse artigo os termos "manipuladoras de alimentos e/ou merendeiras" serão utilizados no feminino, por compor majoritariamente o grupo nessa função.*

2. Metodologia

O presente artigo é um recorte da etapa qualitativa do projeto "Ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas em municípios brasileiros", desenvolvida em 2013, pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Região Centro-oeste, e cujo objetivo foi avaliar as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desenvolvidas em escolas brasileiras distribuídas nas cinco macrorregiões geográficas do Brasil (Silva *et al*., 2018).

Trata-se de um estudo qualitativo, o qual levantou falas de manipuladoras da alimentação escolar como elementos de análise e discussão. A abordagem qualitativa representa, a nosso ver, a que melhor se aplica para o conhecimento das relações sociais, práticas cotidianas, representações, percepções e opiniões por aprofundar na lógica interna dos sujeitos que estuda (Lefèvre; Lefèvre, 2012). A pesquisa é um recorte de dissertação de mestrado.

O espaço de investigação da pesquisa incluiu todas as capitais brasileiras, o Distrito Federal, além de pelo menos um município de cada estado da federação, selecionado por meio de sorteio. Excluiu-se aqueles que se recusaram a participar ou que apresentavam dificuldade de acesso físico. Para cada município incluído na pesquisa, realizou-se o sorteio de uma escola pública, as quais foram visitadas para a realização de entrevistas. Fizeram parte do estudo 57 municípios.

O levantamento das informações ocorreu por meio de visitas *in loco*, nas quais realizou-se as entrevistas. Durante as visitas, uma manipuladora de alimentos por escola foi selecionada por meio de sorteio aleatório entre àquelas presentes, no dia

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

da entrevista. Assim, as participantes da pesquisa foram 57 manipuladoras de alimentos da alimentação escolar.

As entrevistas foram realizadas por uma equipe de nutricionistas treinados para esse fim, utilizou-se roteiros semiestruturados com questões abertas. Segundo Minayo (2014), tal instrumento tem por objetivo ampliar e aprofundar a comunicação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. As entrevistas duraram em média 20 minutos, sendo gravadas em áudio sob consentimento das participantes, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

No presente estudo, utilizou-se como variáveis descritivas: o sexo, a escolaridade e o tempo de atuação na alimentação escolar. Os aspectos qualitativos foram levantados por meio de merendeiras e suas narrativas sobre (i) alimentação escolar e o papel desta no processo educativo; (ii) as atribuições das manipuladoras de alimentos, o (iii) contexto das orientações sobre alimentação escolar e (iv) a existência de atividades em conjunto com nutricionistas.

Após a realização das entrevistas procedeu-se as etapas de transcrição e análise das falas, pela mestranda, as quais foram analisadas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), uma técnica de análise qualiquantitativa, que visa resgatar as Representações Sociais de um grupo (Lefrève; Lefrève, 2012). O DSC é ao mesmo tempo qualitativo por preservar a fala dos sujeitos e seu significado em todas as etapas da análise, e quantitativo por possibilitar que os resultados sejam expressos em uma dimensão coletiva, ou seja, a soma de ideias, pensamentos, e opiniões semelhantes que terão uma proporção de aparição em relação ao total das falas (Lefrève; Lefrève, 2012). Para auxiliar o processamento dos discursos, utilizou-se o *software* QualiQuantiSoft (2011).

Após a leitura detalhada das transcrições, foram retiradas das respostas as expressões chave (ECH), fragmentos textuais que expressam conteúdos significativos das falas. As ECH que possuíam sentidos semelhantes foram agrupadas em uma ideia central (IC) comum, e posteriormente as ECH que fizeram menção a uma mesma ideia ou opinião foram arranjadas em um único discurso, o DSC (Lefrève; Lefrève, 2012). Estes foram organizados de acordo com as respectivas regiões geográficas das quais os manipuladores faziam parte. Sendo assim, as evidências encontradas tratam da alimentação escolar segundo a

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

diversidade regional dos entrevistados, o que considera os diferentes contextos sociais, geográficos e políticos nos quais estão inseridos. Este estudo foi aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos da Universidade Federal de Goiás.

3. Resultados

Dentre 57 manipuladoras entrevistadas, a maioria (98,2%, n=56) era do sexo feminino, quanto ao nível de escolaridade 29 (50,9%) possuíam entre nove e 12 anos de estudo e pouco mais de um terço (33,3%, n=19) até oito anos. Em relação ao tempo de trabalho, mais de um terço (35,1%, n=20) trabalhavam há mais de 10 anos e quase 30,0% (n=17), entre cinco e 10 anos na função.

A partir da análise dos discursos proferidos durante a entrevista, os resultados foram organizados em dois eixos:

Eixo 1. A alimentação escolar pela lente das manipuladoras de alimentos. O qual contemplou compreensões sobre o que as manipuladoras compreendiam da alimentação escolar, e qual o papel da alimentação escolar no processo educativo dos estudantes.

Eixo 2. Manipuladoras de alimentos no cotidiano da escola. O qual discorreu cobre como as manipuladoras percebem seu papel no ambiente escolar, quais orientações recebem acerca da sua rotina de trabalho e quanto à realização de atividades conjuntas com o nutricionista.

Eixo 1. Alimentação escolar pela lente das manipuladoras de alimentos

A partir das narrativas sobre as compreensões das manipuladoras acerca alimentação escolar, destacaram-se 73 Expressões-chaves (ECH). Foram agrupadas em oito Ideias Centrais (IC) e seus respectivos DSC, dentre os quais destacaram-se:

Alimentação escolar é uma alimentação saudável, adequada em quantidade suficiente:

> **“**Eu sei que tem que ser alimentação saudável, uma boa distribuição que tem que ter todos os nutrientes ali, a quantidade que a criança deve estar recebendo, procurar fazer uma alimentação balanceada, não pode usar nem muito óleo, nem muito açúcar, pra ter uma alimentação saudável a gente fazer o máximo que a gente puder” (DSC 1, 2013).

A alimentação Escolar complementa a alimentação de casa

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

> "Acho importante. Porque assim, muitas vezes as crianças não tem condição de ter esse alimento em casa, balanceado. Porque a maioria das crianças são de baixa renda, tem umas que só come aqui mesmo na escola, às vezes não tem nada em casa. Alimentação escolar ela é um complemento" (DSC 2, 2013).

O DSC supracitado foi proferido em maior proporção nos municípios da região Nordeste do país, sendo a ideia mais frequente. Outras ideias centrais em menor proporção associaram a compreensão de alimentação escolar relacionada à "boas práticas de higiene e manipulação de alimentos"; "boa e/ou necessária e/ou importante"; "envolvimento afetivo na manipulação dos alimentos"; "é seguir o cardápio" e "é um direito do estudante".

Além disso, outras narrativas refletiram o papel da alimentação escolar no processo educativo. A ideia da "alimentação escolar como forma de complementar a alimentação de casa" foi novamente professada com maior frequência, além da seguinte ideia e seu respectivo DSC.

Contribuir com a aprendizagem e/ou desenvolvimento dos estudantes

> "Fundamental, porque sem estar bem alimentado a aprendizagem é impossível, o aluno bem alimentado tem mais capacidade de aprender porque se ele tiver com fome não vai ter animo pra estudar e alimentado ele vai chegar numa sala, vai ter aquela vontade pra estudar. A criança quando ela tem uma boa alimentação ela rende melhor por questão de desenvolvimento intelectual. Assim, dá pra perceber, que ela é tão importante quanto o aprendizado" (DCS 3, 2013).

Outras percepções com menor frequência associaram o papel da alimentação escolar a "Incentivar e/ou educar os estudantes para uma alimentação saudável"; "Contribuir com a saúde dos estudantes" e "Proporcionar momentos de felicidade entre os estudantes".

Eixo 2. O manipulador de alimentos no cotidiano da escola

Entre as narrativas que proferiram percepções sobre o seu papel na alimentação escolar, identificou-se 78 ECH nas falas das merendeiras, essas expressões foram agrupadas em cinco ideias e seus respectivos DSC, destacando-se os seguintes:

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

Boas práticas de higiene e manipulação de alimentos

> “Ponho meu uniforme, depois a gente limpa as bancada com álcool. Minha função é manipular alimento, prepara-lo na higienização, que é super importante, a gente é orientado a higienizar o alimento. Até a condição de armazenar o alimento, da organização da merenda quando chega, ver também prazo de validade, acredito que meu papel é esse, é fazer, manipular, fiscalizar” (DSC 4, 2013).

Este DSC teve a maior frequência em todas as regiões do país, em especial nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, nas quais o aspecto técnico e higiênico sanitário foi professado na maioria das falas referentes às atribuições do manipulador na escola.

Educar e/ou incentivar os estudantes para uma alimentação saudável

> “Nós dizemos que nós também ajudamos a educar as crianças, merendeira tem que tá ali como educadora, não como professora mas é uma educadora, ta educando a ele como pegar a merenda, como comer, o que é dizendo pra eles aqueles alimentos pra que serve eles. Incentivar as crianças a comer bem. Eu acho importante porque eu posso tá contribuindo assim com as crianças, e orientar eles a ter uma alimentação saudável, porque muitas crianças não tem o hábito de come” (DSC 5, 2013).

Em outras narrativas, menos frequentes as manipuladoras percebem suas atribuições relacionadas à: “Preparar a alimentação escolar envolvendo aspectos afetivos”; “Preparar uma alimentação escolar de qualidade e/ ou saborosa e/ou nutritiva” e “Serviços gerais de limpeza de locais que não estejam relacionados à cozinha”.

Em relação ao contexto das orientações sobre alimentação escolar que que geralmente recebem, mais da metade das manipuladoras afirmaram que as orientações vêm da Secretaria de Educação, sendo que em mais da metade das orientações são realizadas por nutricionistas, seguido de outros atores como conselheiros da alimentação escolar, coordenadores, diretor e professor, empresas terceirizadas e outras entidades do Governo além das Secretarias.

Ainda no contexto das orientações que recebem, as manipuladoras proferiram narrativas que revelaram ECH significativas sobre as temáticas dessas orientações, as expressões compuseram os seguintes DSC:

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

Orientações acerca de aspectos higiênicos sanitários

"A orientação é essa, como eu vou manusear os alimentos, a higienização, a maneira que eu vou armazenar os alimentos pra não ter contaminação. A gente olha lá bastante a validade. Sempre tem as nutricionistas dando explicação pra gente ter cuidado com a merenda, manter as panelas tampadas, o fogão limpo, esterilização das verduras, das frutas, conferir a temperatura das carnes, e após cada manipulação de algum alimento você tem que esterilizar a bancada. Não pode ter anel, não ter unha pintada nem unha grande, tem que ta com calçado fechado. Tenho que tá com touca pra evitar que caia cabelo nos alimentos, com aventais, luvas na hora de servir os alimentos, máscara" (DSC 5, 2013).

E em menor proporção:

Orientações para promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes

"Esse trabalho de tá orientando os alunos. Fazer cartaz, alguma coisa assim pra chamar a atenção deles, mostrar aquele prato bem colorido. A gente enriquece as saladas sabe? Pra ficar mais colorida, mais atrativa. Preocupação de saber se as crianças gostam do lanche da manhã, e nós procuramos na capacitação o que for melhor para as crianças, sempre em função das crianças" (DSC 6, 2013).

Acerca das narrativas sobre a relação entre manipuladores de alimentos e nutricionistas, foram proferidas atividades realizadas em conjunto entre essas profissionais. A partir das falas foi possível a caracterização dessas atividades, as quais foram expressas nos seguintes DSC:

Atividades pontuais como palestras, oficinas e testes de aceitabilidade

"A nutricionista, uma vez no mês no colégio ela dá as orientações. Uma palestra que a gente teve foi em outra escola sobre não trabalhar de roupa cavada, sobre como fazer com os alimentos, sobre os brincos, anéis essas coisas, de unha, não pode ter esmalte, unha grande, aí tem que ter a touca sempre" (DSC 7, 2013).

Atividades contínuas

"Mas sempre os cursos que elas marca pra cada um fazer um prato, um cardápio. Como que pega os alimentos. Ensina como higienizar, como cortar, como fazer o alimento pra não perder muito nutriente. Sempre tem os cursos pra gente ta aperfeiçoando como fazer os alimentos" (DSC 8, 2013).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

Em menor proporção professou-se que as atividades desenvolvidas em conjunto com o nutricionista abordavam temáticas sobre “Incentivo e orientações para melhoria dos hábitos alimentares entre estudantes “Visitas técnicas do nutricionista para avaliação das conformidades nas atividades desenvolvidas pelos manipuladores no cotidiano”.

Mais da metade das manipuladoras referiu não realizar atividades em conjunto com nutricionistas, essa afirmação foi mais frequente em municípios da região Nordeste do país. Para esses profissionais questionou-se o motivo para a não realização das atividades conjuntas, destacaram-se as seguintes IC e seus respectivos DSC:

A rotina da escola inviabiliza a realização de atividades conjuntas

“O número de funcionários não é suficiente, eu acho que também devido a agenda. Porque nosso trabalho nos prende muito, faltou tempo pra muita coisa, a gente se atarefa muito e não liga pra questão de pedir” (DSC 9, 2013).

Baixa frequência de visitas do nutricionista

“Porque ela vem só uma vez no mês, ela fica pouco tempo na secretaria. Ela vem às vezes visitar. Não sei se elas não tem muito tempo, porque são várias escolas pra elas estarem correndo, olhando, tomando conta. Eu creio não tem assim, disponibilidade de tá presente na escola” (DSC 10, 2013).

Em menor proporção foram proferidas narrativas que apontavam a “Falta de planejamento e/ ou projetos da prefeitura e/ou da nutricionista”; “Descaso do nutricionista/ falta de interesse”, e outras não souberam dizer o motivo para não realização de atividades em conjunto com nutricionista.

4. Discussão

As narrativas proferidas pelas manipuladoras atribuem à alimentação escolar significados importantes e estruturais para compreensão dos programas e políticas para garantia e manutenção do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Para as manipuladoras, a alimentação escolar contribui com o aprendizado e rendimento dos estudantes e é uma forma de complementar a alimentação de casa. Destacaram-se ainda falas que associam a prática da

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

alimentação escolar ao incentivo e Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para uma alimentação mais saudável no ambiente escolar.

No que se refere à compreensão das merendeiras quanto ao seu papel, constituiu-se como base comum e consensual entre as manipuladoras, a ideia tecnicista de seu trabalho, caracterizado por boas práticas de higiene e manipulação dos alimentos. Mesmo que em menor proporção, destacaram-se expressões nas quais as merendeiras revelaram que também se reconhecem como educadoras e incentivadoras dos hábitos alimentares saudáveis.

O perfil do grupo de manipuladoras da presente pesquisa corrobora com outros estudos, em que há maior proporção do sexo feminino na profissão (Fernandes; Fonseca; Silva, 2014; Assao *et al*., 2012; Carvalho *et al.,* 2008), reflexo do processo histórico e social, no qual atribuiu-se a mulher o papel de cuidadora do lar, incluindo a responsabilidade pelo planejamento e preparo alimentar da família (Salvaro; Mariano, 2021). Em relação ao ambiente escolar, eram também as mulheres, em sua maioria mães de estudantes, as primeiras responsáveis pela produção da alimentação escolar (Assao *et al*., 2012).

O tempo de estudo dos manipuladores geralmente é inferior aos demais profissionais da escola, o que pode interferir na desvalorização do seu trabalho, associando-se à sua invisibilidade no ambiente escolar (Fernandes; Fonseca; Silva, 2014). Ao comparar a escolaridade com outros estudos realizados em escolas da Região Sul (Chapecó - SC) e Sudeste (Rio de Janeiro - RJ), observou- se que no primeiro predominou o ensino fundamental completo (64,0%) (Tanajura; Freitas, 2012), o que não ocorreu na presente pesquisa e corroborou com o segundo, em que 70,0% das merendeiras apresentaram ensino médio e 18,6% ensino superior (Carvalho *et al*., 2008).

Por se tratar de uma profissão em que as experiencias vivenciadas ao longo da vida e do trabalho são determinantes das práticas culinárias elaboradas, o tempo de exercício na alimentação escolar é uma importante variável que compõe o perfil de merendeiras. Ressalta-se que em todas as regiões do Brasil verificou-se um elevado tempo de trabalho na alimentação escolar, condição que se assemelha ao estudo realizado em Chapecó (SC), em que 56,0% apresentaram pelo menos dez anos na atividade (Tanajura; Freitas, 2012).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

Características como a quantidade dos alimentos a serem preparados, a composição do cardápio e o conhecimento sobre as preferências alimentares dos escolares, são marcas dos anos de experiências comum nesse tipo de trabalho, e que se tornam inerentes à rotina das manipuladoras de alimentos na escola (Carvalho *et al.,* 2008; Pinto *et al.,* 2024).

De acordo com a Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2009), alimentação escolar é todo alimento ofertado na escola, independentemente de sua origem, durante o período letivo. Os princípios e diretrizes do PNAE preconizam a práticas da alimentação escolar que extrapolam o foco no alimento ou no nutriente. Se constituindo assim enquanto política estrutural na perspectiva social e econômica. A compra da agricultura familiar, o controle social no papel dos Conselhos de Alimentação Escolar e a inclusão da EAN em currículos escolares caracterizam a importante transformação ocorrida na alimentação escolar pública, nos últimos anos. O alimento no ambiente escolar é política, uma vez que é legalmente garantido, e tem como principal objetivo minimizar as mazelas referentes à alimentação da população em idade escolar, tanto as decorrentes de deficiências, quanto dos excessos alimentares (Kroth; Geremia; Mussio, 2020; Bressan; Silva, 2020; Brasil, 2009).

As narrativas das manipuladoras são marcadas pela ideia da alimentação escolar como forma de complementar a alimentação de casa, o que pode estar associada a desigualdades de acesso à alimentação. Diferentes determinantes socias favorecem o acesso inadequado aos alimentos, destacam-se a níveis de pobreza e extrema pobreza, falta de acesso à educação e baixa cobertura dos serviços de saúde, aspecto que podem caracterizar contextos de Insegurança Alimentar. Assim, perceber a alimentação escolar como “uma forma de complementar a alimentação de casa”, pode ser mais frequente em contextos nos quais a vulnerabilidade do acesso à alimentação adequada é determinante da má alimentação (Cabral et al., 2024; FAO, 2023; Bezerra *et al.*, 2017).

Em estudo realizado na cidade de Goiânia, região central do país, que teve por objetivo analisar as percepções e ações de promoção da saúde no ambiente escolar, apontou a relação da alimentação escolar com a garantia e manutenção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e identificou por meio das falas de gestores, professores e manipuladores de alimentos, o papel da alimentação escolar como

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

complementar às necessidades nutricionais dos estudantes (Camozzi *et al.,* 2015), aspecto que corrobora a presente pesquisa.

A narrativa da alimentação escolar e seu caráter complementar, pode ser atribuído a presença de gêneros alimentícios básicos na alimentação escolar, os quais atendam às necessidades nutricionais no período em que os estudantes permanecem na escola. Os gêneros alimentícios básicos são caracterizados pela sua qualidade *in natura*, adquiridos localmente, e respeitam a cultura alimentar local, além de serem indispensáveis à promoção da alimentação adequada e saudável (Brasil, 2014).

Além dos seus aspectos nutricionais, a alimentação escolar foi associada à aprendizagem, rendimento e desenvolvimento dos estudantes, tendo papel importante nesses processos**.** Essa percepção pode estar vinculada às transformações ocorridas na alimentação escolar no decorrer dos anos, em que além do combate à fome, representa uma estratégia para a permanência do estudante na escola, e assim, melhoria do seu aprendizado (Brasil, 2020).

Destaca-se que a ideia supracitada foi mais frequente entre narrativas de manipuladoras do Nordeste do país, região com elevadas taxas de analfabetismo, abandono e reprovação de escolares em comparação às demais regiões (IBGE, 2015). A alimentação escolar saudável e adequada às necessidades nutricionais dos estudantes implica na redução das taxas de abandono escolar e promove maior participação entre os estudantes (FAO, 2014; Carvalho, 2015).

Na presente pesquisa a preocupação com o fornecimento de refeições que contribuam com a saúde dos escolares corrobora com os achados de um estudo semelhante realizado em Guarulhos (SP), no qual no discurso das manipuladoras de alimentos da alimentação escolar, a alimentação na escola deve ocorrer por meio da oferta de refeições nutricionalmente adequadas (Assao *et al.,* 2012).

A abordagem da saúde e da alimentação no contexto escolar surge das estratégias para promoção de práticas de vida saudáveis, e o ambiente escolar é considerado propício para tais ações, não apenas no fornecimento de uma alimentação nutricionalmente adequada, mas também na perspectiva da EAN. Tal fato é um desafio, uma vez, que configura a (re)construção de um campo social que é o ambiente escolar, e assim, implica em mudanças nas práticas dos atores

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

envolvidos e nos diferentes olhares sob o papel da alimentação na escola (Carvalho, 2015; Kroth; Geremia; Mussio, 2020).

Entretanto nota-se no discurso dos manipuladores que o termo “saúde” parece estar mais associado à ausência de doenças, como mostra o DSC acerca do papel da alimentação escolar “(...) *evitar o desenvolvimento de algumas doenças causadas por falta de alimentação, consequentemente a desnutrição em geral*”. Ressalta-se que em um conceito ampliado, a saúde é preconizada como um direito humano e um bem público socialmente produzido pelos sujeitos, agentes ativos nos processos que determinam a promoção da saúde, tais como as esferas socioeconômicas, culturais, ambientais, assim como condições de vida e de trabalho – educação, produção agrícola de alimentos, acesso à água, esgoto, serviços de saúde e habitação (Brasil, 2017; Rosário; Baptista; Matta, 2020). Esse confronto de narrativas é importante pois aponta uma necessidade de (re)construção do conceito de saúde como uma prática de cidadania e de direitos, nesse contexto, a alimentação adequada é determinante.

Dentre as falas das manipuladoras, identificou-se que a alimentação escolar proporciona momentos felizes entre os escolares e, além disso, deve ser preparada com dedicação e cuidado, pois será servida para crianças. A presença do aspecto afetivo na alimentação corrobora com outra pesquisa envolvendo manipuladoras da alimentação escolar. No estudo realizado com merendeiras de Chapecó (SC), o caráter afetivo do trabalho foi uma das potencialidades reconhecidas, e as merendeiras expressaram que a afetividade está relacionada às funções que elas desempenham na escola (Tanajura; Freitas, 2012).

Em outra pesquisa de abordagem qualitativa realizada com 41 manipuladores da rede pública do município de João Pessoa -PB, na qual avaliou-se a percepção das merendeiras acerca da dinâmica de produção e distribuição da alimentação escolar e seu papel nesse processo, foi identificada forte relação de afeto entre esses profissionais e os estudantes, além da afetividade estar inerente às atividades de manipulação da alimentação escolar (Carvalho *et al*., 2008).

Embora a afetividade no preparo da alimentação escolar foi pouco professada dentre as percepções na presente pesquisa, constitui-se como importante característica nas narrativas, uma vez que, está associada ao vínculo entre manipuladoras e estudantes. O vínculo favorece outros importantes aspectos no

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

processo de elaboração da alimentação escolar, como a preocupação com saúde e consequentemente o cuidado no preparo de alimentos saudáveis e adequados (Carvalho *et al*., 2008).

Outro marco com menor frequência nas narrativas, foi a percepção da alimentação escolar como um direito. A Resolução FNDE Nº 6/2020 (Brasil, 2020), dispõe sobre o acesso de todos os alunos da rede pública sendo obrigação do Estado o seu fornecimento (Brasil, 2020).

Dentre as falas das merendeiras há o reconhecimento de que por meio da educação (alimentar) e do incentivo, os estudantes podem conhecer melhor os alimentos saudáveis e desenvolver práticas mais saudáveis na alimentação. Esse contexto evidencia o potencial das manipuladoras como agentes promotores da alimentação saudável.

Em análise documental sobre o PNAE, Melgaço e Matos-de-Souza (2022), destacaram que o Programa possui arcabouço legal e espaço para fortalecer e valorizar merendeiras como profissionais promotoras de alimentação saudável e adequada no ambiente escolar. No entanto, em discursos oficiais do programa as merendeiras são invisibilizadas. Os autores destacam ainda as conceituações em torno do termo “manipulador de alimentos”, restrita a uma função técnica, operacional e higienista (Melgaço; Matos-de-Souza, 2022).

A escassez de referências legais e oficiais para o exercício das merendeiras no ambiente escolar, junto à construtos históricos e sociais, que colocam essa profissão em espaços exclusivamente higienistas e técnicas de manipulação de alimentos, podem invisibilizar práticas promotoras de saúde e da alimentação saudável por manipuladoras da alimentação escolar. Esse aspecto pode ser associado à escassez de estudos que contemplem uma dimensão integral do trabalho dos manipuladores, que perpassem questões que estão além do desempenho de atividades técnicas de manipulação da alimentação escolar (Pinho; Martínez, 2016; Lima; Carvalho, 2016; Fernandes; Fonseca; Silva, 2014).

Embora haja lacuna nas especificações sobre as atribuições de merendeiras na alimentação escolar, atribuições de caráter educativo, tais como o envolvimento afetivo na elaboração da alimentação escolar, preparo de alimentos saudáveis e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

nutricionalmente adequados e incentivo para a alimentação saudável foram elementos referidos nas narrativas na presente pesquisa.

As orientações e atividades em conjunto com nutricionistas, podem qualificar o trabalho dos manipuladores de alimentos enquanto educador na perspectiva da promoção de hábitos alimentares saudáveis (Chaves *et al.,* 2013; Melgaço; Matos-de-Souza, 2022). No entanto, embora sejam escassas as pesquisas que avaliam percepções de manipuladores de alimentos em diferentes contextos regionais, são professadas na maioria dos estudos a realização de abordagens higiênico sanitárias durante as atividades de formação ou capacitação. São exemplos, avaliação e monitoramento das condutas de higiene pessoal e adoção de boas práticas na manipulação da alimentação escolar e treinamentos e capacitações em Boas Práticas de Manipulação (Gomes Campos; Monego, 2012; Lopes *et al.,* 2015).

Estudo realizado com 42 merendeiras do município de João Pessoa (PB), que teve por objetivo avaliar a percepção da produção e distribuição da alimentação escolar e o seu papel nesse processo, identificou a realização de cursos e palestras que abordaram a higiene pessoal e noções de pré-preparo de alimentos (Carvalho *et al.,* 2008). A partir desse contexto, destaca-se a necessidade de diálogo entre o saber técnico e o popular em detrimento da métodos verticais e tecnicistas de atuação entre os profissionais da escola (Luquez *et al.,* 2022).

Quanto aos fatores que dificultam a realização de atividades conjuntas entre nutricionistas e manipuladores, as percepções levantadas no presente estudo corroboram com outras pesquisas, com destaque ao reduzido número de funcionários para a função de manipuladores de alimentos, o que acarreta excesso de trabalho e consequentemente falta de oportunidades para participarem das reuniões e demais planejamentos da escola (Fernandes; Fonseca; Silva, 2014).

O reduzido número de nutricionistas inseridos na alimentação escolar também representa um entrave para atividades conjuntas entre estes atores e manipuladoras de alimentos, o que corrobora com uma pesquisa que avaliou a gestão municipal do PNAE nos dez maiores municípios de Santa Catarina, constatando-se que em apenas três municípios catarinenses o quadro de nutricionistas estava adequado (Gabriel *et al*., 2014; Ferreira *et al*., 2019).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

Estudo realizado no Rio Grande do Sul que objetivou avaliar os processos de formação para o trabalho na alimentação escolar, ao questionar as dificuldades de 118 nutricionistas para a execução desta tarefa, tiveram como resposta a carga horária insuficiente para desenvolver inúmeras atribuições na alimentação escolar. Dentre as tarefas citadas, a produção das refeições de acordo com as boas práticas de manipulação, controle de estoque, cuidado com datas de validade, higienização de utensílios, ambiente e alimentos, dentre outras (Scarparo *et al.,* 2013; CECANE, 2014).

Em pesquisa que objetivou refletir sobre a atuação do nutricionista no PNAE, identificou-se que entre os anos de 2003 e 2011 houve aumento de 67,0% de nutricionistas cadastrados no Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE). No entanto, este mesmo estudo ao fazer um recorte por regiões do Brasil, identificou desigualdades significantes na quantidade de nutricionistas nos diferentes espaços geográficos. De acordo com a pesquisa, na região Sul, todos estados possuíam mais de 80,0% de cobertura, enquanto no Nordeste, em Pernambuco apenas 16,8% dos municípios eram cobertos. Observou-se ainda que as regiões com maiores taxas de desequilíbrios nutricionais, como Norte e Nordeste, foram aquelas com menores quantidades de nutricionistas inseridos na alimentação escolar (Chaves *et al*., 2013).

Nos achados da presente pesquisa na região Nordeste identificou-se maior número de manipuladores que não realizaram atividades com o nutricionista, o que dificulta o planejamento conjunto para a consolidação da alimentação escolar como meio para melhoria dos hábitos saudáveis entre os estudantes (Chaves *et al*., 2013; Brasil, 2013).

O espaço da escola é permeado pela diversidade de saberes e conhecimentos, dessa forma, ações conjuntas entre a comunidade escolar fortalecem práticas de promoção da alimentação saudável. Ressalta-se o papel do nutricionista em estabelecer o diálogo entre os manipuladores de alimentos e os demais profissionais da escola para maior integração e efetivação dessas práticas (Vieira *et al.,* 2017).

O papel das manipuladoras de alimentos na escola, embora seja permeado por reflexos históricos das atribuições e responsabilidades femininas na cozinha, as narrativas proferidas pelas merendeiras caracterizam sua atuação para além do

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

trabalho técnico operacional. Sem desconsiderar a importância de práticas higienistas na manipulação da alimentação escolar, os discursos aqui abordados são marcados por potencialidades educativas e sociais na compreensão da alimentação escolar enquanto política, e na sua atuação das merendeiras nesse contexto.

5. Conclusão

A análise do discurso de manipuladoras de alimentos acerca da alimentação escolar permitiu identificar, em nível nacional, que estas profissionais percebem a alimentação na escola para além do seu significado biológico, ou prática de sobrevivência.

Dentre as narrativas construídas, a alimentação escolar é saudável e adequada, e contribui para o rendimento e aprendizagem dos estudantes. E ainda, complementa a alimentação de casa, às vezes insuficiente ou inadequada. A alimentação escolar é percebida como uma forma de incentivo a uma alimentação saudável, assumindo assim, um caráter educativo em relação à promoção de práticas alimentares saudáveis dentro e fora do ambiente escolar.

As manipuladoras narram sua atuação na alimentação escolar sobretudo em uma perspectiva técnica, para garantir uma alimentação segura do ponto de vista técnico e sanitário. O estudo destaca a importância de reflexões sobre o lugar das merendeiras na alimentação escolar, enquanto processo político de garantia e manutenção de direitos. As práticas alimentares no espaço escolar podem promover a alimentação saudável e adequada ao escolar. Nesse contexto as merendeiras protagonizam processos de educativos sobre o alimento, e o incentivo ao consumo alimentar saudável na escola.

Referências

ASSAO, T.Y.; WESTPHAL, M.F.; BÓGUS, C.M.; MANCUSO, A.M.C. Alimentação do

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

escolar: percepção de quem prepara e oferece a refeição na escola. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.19, n.1, p.22-32, 2012.

BEZERRA, T.A.; OLINDA, R.A.; PEDRAZA, D.F. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p. *2017.*

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis Nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória Nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Nº8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília, 2014. 156 p.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília, 2017.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União* 2020.

BRESSAN, L.R.; SILVA, L.M. Impactos do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no apoio às lógicas familiares de produção, no município de Marabá, Pará – Amazônia. **Revista de Brasileira de Agroecologia,** Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.62-73, 2020.

CABRAL, B.C.S; RIBEIRO, L.C.V.; OLIVEIRA, G.S.; MARTINS, K. A. Insegurança alimentar e nutricional e interface com fortificação alimentar com múltiplos micronutrientes em pó na implementação da estratégia NUTRISUS no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, p. e67779, 2024.

CAMOZZI, A.B.Q.; MONEGO, E.M.; MENEZES, I.H.C.F.; SILVA, P.O. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.32 – 37, 2015.

CARVALHO, A.T.; MUNIZ, V.M.; GOMES J.F.; SAMICO, I. Programa de Alimentação Escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. **Interface Comunicação Saúde Educação***,* Botucatu, v.12, n.27, p.823-34, 2008.

CARVALHO, F.F.B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde e práticas pedagógicas. **PHYSIS Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.25, n.4, p.1207 – 1227,** 2015.

CECANE. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Material orientativo para formação de manipuladores de alimentos que atuam na alimentação escolar**. Brasília: Ministério da Educação; 2014.

CHAVES, L.G.; SANTANA, T.C.M.; GABRIEL, C.G.; VASCONCELOS, F.A.G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p.917- 926, 2013.

FAO, FIDA, OPS, PMA y UNICEF. 2023. América Latina y el Caribe - **Panorama regional de la seguridad alimentaria y la nutrición 2023**: Estadísticas y tendencias. Santiago.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Food Security and Nutrition in the context of the Global Nutrition Transition**: FAO; 2014.

FERNANDES, A.G.S.; FONSECA, A.B.C.; SILVA, A.A. Alimentação escolar como espaço para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.39-48, 2014.

FERREIRA, D.M.; BARBOSA, R.M.S.; FINIZOLA, N.C.; SOARES, D.S.B.; HENRIQUES, P.; PEREIRA, S.; CARVALHOSA, C.S.; SIQUEIRA, A.B.F.S.; DIAS, P.C. Percepção de agentes operadores do Programa Nacional de Alimentação Escola. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.53, n.34, p.1-13, 2019.

GABRIEL, C.G.; CLAVO, M.C.M.; VASCONCELOS, F.A.G.; LACERDA. J.T.; FREITAS, S.F.T.; SCHMITZ, B.A.S. Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.30, n.9, p.2017-2023, 2014.

GOMES, N.A.A.A.; CAMPOS, M.R.H.; MONEGO, E.T. Aspectos higiênico-sanitários no processo produtivo dos alimentos em escolas públicas do Estado de Goiás, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.25, n.4, p.473-485, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. Brasília: ISSN; 2001.

KROTH, D.C.; GEREMIA, D.S.; MUSSIO, B.R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, n.10, p.4065-4076, 2020.

KUTZ, N.A. **Estado nutricional, qualidade de vida e a percepção das cozinheiras escolares de Carapicuíba sobre aspectos da sua atuação profissional**. 2018. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. **Pesquisa de representação social**: um enfoque qualiquantitativo. 2 ed. Brasília: Líber Livro; 2012.

LIMA, R. M; CARVALHO, E. C. Destinos traçados? Gênero, raça, precarização e resistência entre merendeiras do Rio de Janeiro. **Revista da ABET**, v. 15, n.1, p. 114-126, 2016.

LOPES, A.C.C.; PINTO, H.R.F.; COSTA, D.C.I.O.; MASCARENHAS, R.J.; AQUINO, J.S. Avaliação das Boas Práticas em unidades de alimentação e nutrição de escolas públicas do município de Bayeux, PB, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.20, n.7, p. 2267-2275, 2015.

LUQUEZ, T.M.S.; SABOIA, V.M.; TEIXEIRA, G.O.M.; SILVA, T.M.L.; DAHER, D.V.; BERARDINELLI, L.M.M.; AGUIAR, R.C.B.; RIBEIRO, C.R.B. Promoção da saúde escolar: uma construção dialógica de saberes com escolares. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v.11, n.1, p.1-11, 2022.

MELGAÇO, M.B.; MATOS-DE-SOUZA, R. Produzindo a subalternidade: as merendeiras nos documentos e iniciativas da gestão federal do PNAE. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.38, p.1 – 24, 2022.

MINAYO M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, ABRASCO, 2014.

PINHO, F.N.L.G.; MARTÍNEZ, S.A. Representações sociais da alimentação escolar: quem é a merendeira? In: **III Encontro Nacional de História Oral**, 2016.

PINTO, R. L.; SOUZA, B.S.N.; ANTUNES, A.B.S.; BENTHROUDO, R.S.; SICHIERI, S.; CUNHA, D.B. Percepções de escolares e merendeiras sobre alimentação escolar: uma análise por grupos focais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34017, 2024.

ROSÁRIO, C.A.; BAPTISTA, T.W.F.; MATTA, G.C. Sentidos da universalidade na VIII Conferência Nacional de Saúde: entre o conceito ampliado de saúde e a ampliação do acesso a serviços de saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.22, n.124, p.17-31, 2020.

SALVARO, G. I. J.; MARINA, P. Saúde mental de trabalhadoras em estudo: contribuições ao debate de gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.26, p.1-15, 2021.

SCARPARO, A.L.S.; OLIVEIRA, V.R.; BITTENCOURT, J.M.V.; RUIZ, E.N.F.; FERNANDES, P.F.; ZYS J.Z.; MOULIM, C.C. Formação para nutricionistas que atuam

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3876

no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p.1001 – 1008, 2013.

SILVA, S.U.; MONEGO E.T.; SOUSA, L.M.; ALMEIDA, G.M. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.23, n.8, p. 2671-2681, 2018.

TANAJURA, I.M.P.C.; FREITAS, M.C.S. O relevante trabalho das merendeiras escolares de escolas públicas de Salvador, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v.36, n.4, p.919 – 934, 2012.

TEO, C.R.P.A.; SABEDOT, F.R.B.; SCHAFER, E. Merendeiras como agentes de educação em saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. **Espaço para Saúde**, Londrina, v.11, n.2, p.11-20, 2010.

VIEIRA. A.G.; AERTS, D.R.G.C.; CÂMARA, S.; SCHUBERT, C.; GEDRAT, D.C.; ALVES, G.G. A escola enquanto espaço produtor da saúde de seus alunos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.2, p.916-932, 2017.